

## Sentidos de protagonismo juvenil no currículo escolar a partir das teorias descentradas

*Meanings of youth protagonism in the school curriculum based on decentered theories*  
*Significados del protagonismo juvenil en el currículo escolar desde las teorías decentradas*

Fernanda Sheila Medeiros da SILVA<sup>1</sup>

Jean Mac Cole Tavares SANTOS<sup>2</sup>

Maria Kélia da SILVA<sup>3</sup>

**Resumo:** Diante das demandas de adaptação às constantes transformações da sociedade contemporânea, as políticas educacionais têm sido cada vez mais utilizadas como meio para tentar atender a essas mudanças. Ou seja, os conteúdos escolares passaram a focar em uma formação de sujeitos que viessem a promover mudanças na sociedade que fossem positivas a uma maioria. Como exemplo, temos a política do Novo Ensino Médio que vem trazendo mudanças no currículo escolar, juntamente com a premissa do protagonismo juvenil como ferramenta para uma melhor adaptação do jovem à sociedade. A partir disso, utilizando-se de uma perspectiva descentrada e entendendo as políticas educacionais como passíveis a sofrer mudanças e ressignificações em diferentes contextos, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir acerca dos sentidos de protagonismo juvenil a partir de uma teoria descentrada. Nos objetivos específicos procuramos discutir sobre a justificativa para o destaque que o protagonismo juvenil tem ganhado em diferentes âmbitos sociais e identificar quais os sentidos de protagonismo juvenil nos documentos oficiais e na concepção de alguns autores. Para isso, utilizamos uma metodologia de pesquisa qualitativa, para a análise dos dados construídos a partir da pesquisa documental, juntamente ao referencial. Os autores trazidos abordam conceitos importantes à pesquisa, tratando sobre os impactos da pós-modernidade, as transformações ocorridas no currículo ao longo do tempo, a importância do contexto e alguns sentidos de protagonismo juvenil. Por fim, consideramos que não há uma única definição para o conceito de protagonismo juvenil, estando sujeito a mudanças conceituais. Além de perceber que os discursos e contextos predominantes exercem grande influência na prática do protagonismo juvenil e, conseqüentemente, no currículo proposto.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais; Juventude; Ciclo de políticas.

**Abstract:** Faced with the demands of adapting to the constant transformations of contemporary society, educational policies have been increasingly used as a means of trying to meet these changes. In other words, school content began to focus on training subjects who would promote changes in society that were positive for the majority. As an example, we have the New High School policy that has been bringing changes to the school curriculum, along with the premise of youth protagonism as a tool for better adaptation of young people to society. From this, using a decentered perspective and understanding educational policies as capable of undergoing changes and resignifications in different contexts, the general objective of this work is to discuss the meanings of youth protagonism from a decentered theory. In the specific objectives, we seek to discuss the justification for the prominence that youth protagonism has gained in different social spheres and identify the meanings of youth protagonism in official documents and in the conception of some authors. To do this, we used a qualitative research methodology to analyze the data constructed from documentary research, together with the reference.

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino-POSENSINO (UERN/UFERSA/IFRN). Bolsista CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4011-1376>. E-mail: [medeirossheila999@gmail.com](mailto:medeirossheila999@gmail.com).

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Ensino-POSENSINO (UERN/UFERSA/IFRN). Professor da Faculdade de Educação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7800-8350>. E-mail: [maccocle@uern.br](mailto:maccocle@uern.br).

<sup>3</sup>Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista Funcap. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4935-4075>. E-mail: [marykellya@hotmail.com](mailto:marykellya@hotmail.com).

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

The authors brought in address important concepts for research, dealing with the impacts of post-modernity, the transformations that have occurred in the curriculum over time, the importance of context and some meanings of youth protagonism. Finally, we consider that there is no single definition for the concept of youth protagonism, being subject to conceptual changes. In addition to realizing that the predominant discourses and contexts have a great influence on the practice of youth leadership and, consequently, on the proposed curriculum.

**Keywords:** Educational policies; Youth; Policy cycle.

**Resumen:** Ante las exigencias de adaptación a las constantes transformaciones de la sociedad contemporánea, las políticas educativas se han utilizado cada vez más como medio para tratar de afrontar esos cambios. Es decir, los contenidos escolares comenzaron a centrarse en formar sujetos que promovieran cambios en la sociedad positivos para la mayoría. Como ejemplo tenemos la política de Nueva Escuela Secundaria que viene trayendo cambios al currículum escolar, junto con la premisa del protagonismo juvenil como herramienta para una mejor adaptación de los jóvenes a la sociedad. Desde esto, utilizando una perspectiva descentrada y entendiendo las políticas educativas como capaces de sufrir cambios y resignificaciones en diferentes contextos, el objetivo general de este trabajo es discutir los significados del protagonismo juvenil desde una teoría descentrada. En los objetivos específicos, buscamos discutir la justificación del protagonismo que el protagonismo juvenil ha ganado en diferentes ámbitos sociales e identificar los significados del protagonismo juvenil en documentos oficiales y en la concepción de algunos autores. Para ello, utilizamos una metodología de investigación cualitativa para analizar los datos construidos a partir de la investigación documental, junto con el referente. Los autores abordaron conceptos importantes para la investigación, abordando los impactos de la posmodernidad, las transformaciones ocurridas en el currículo a lo largo del tiempo, la importancia del contexto y algunos significados del protagonismo juvenil. Finalmente, consideramos que no existe una definición única para el concepto de protagonismo juvenil, estando sujeto a cambios conceptuales. Además de reconocer que los discursos y contextos predominantes tienen una gran influencia en la práctica del liderazgo juvenil y, en consecuencia, en la propuesta curricular.

**Palabras clave:** Políticas educativas; Juventud; Ciclo de políticas.

## 1. PROTAGONISMO JUVENIL E A PÓS-MODERNIDADE

Em uma perspectiva centrada, os currículos são mais fixados, limitam mais a possibilidade de indefinição do que se deve ou não ensinar, o que pode diminuir as possibilidades de incluir e atender à diversidade estudantil. Na perspectiva centrada, o conteúdo escolar é o foco principal dos currículos, assim como a organização de um ensino que incentiva e propicia os sujeitos a promover mudanças na sociedade que sejam consideradas positivas à maioria da população. Contrastante a isso, em uma perspectiva pós-moderna vemos o “[...] fim das utopias e das certezas, de desmoronamento da ideia de verdade centrada na prova empírica, objetividade [...]” (Lopes, 2013, p. 8). Junto também ao crescimento das demandas particulares e lutas da diferença, rápidas trocas culturais e fluxos globais (Lopes, 2013).

Desse modo, a ideia que se tem de ser humano centrado que luta e busca seus direitos, é desconstruída, identificando a limitação e impossibilidade do ser humano em se tornar um ser

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

completo. Lopes (2013) destaca que na perspectiva descentrada não há um sujeito fixo, não há controle absoluto dos sentidos. Em outras palavras, o sujeito é tido como um projeto inconcluso, um significante dependente de uma significação sempre adiada, nunca fechando todos os sentidos possíveis.

A junção das características citadas acabou promovendo um movimento em diferentes instâncias para a necessidade de promover e incentivar uma formação autônoma e de valores para a convivência na sociedade contemporânea. Essa formação proposta, além de atender às demandas das mudanças sociais, também proporcionou aos jovens uma nova visão diante dos desafios que lhe eram impostos. Dessa forma, o protagonismo passa a ser uma ferramenta que permite aos jovens lidar com essas mudanças (Ferretti, 2004).

A escolha do tema parte dos apontamentos sobre a inserção do termo protagonismo juvenil em diferentes âmbitos, também se fazendo necessário destacar que a sua utilização pedagógica, por meio das políticas educacionais, passa por processos de influência até chegar às escolas e aos jovens de fato. A partir disso, alguns autores apontam que essa perspectiva do protagonismo muitas vezes não tem incluído de fato os jovens na sua prática. Dessa forma, os jovens são vistos como atores passivos na construção dessas políticas e do próprio currículo. Contrário a esse entendimento, Ball *et al.* (2016) destaca que “Os alunos também são atores de políticas. As respostas também são mediadas pelos sujeitos e pelas culturas de especialistas de vários tipos” (Ball, *et al.*, 2016, p. 72).

Assim, o texto objetiva, de forma geral, discutir acerca dos sentidos de protagonismo juvenil a partir de uma teoria descentrada. Na especificidade, objetivamos discutir sobre a justificativa para o destaque que o protagonismo juvenil tem ganhado em diferentes âmbitos e identificar quais os sentidos de protagonismo juvenil nos documentos ditos oficiais e na concepção de autores que estudam a temática.

O trabalho teve seus dados construídos a partir da pesquisa teórica e documental. Já a análise dos dados foi realizada com base na pesquisa qualitativa. O referencial teórico utilizado parte de uma perspectiva descentrada, na qual os conceitos são compreendidos como não fechados e acabados, mas sim sujeitos a sofrerem sempre mudanças a partir dos diferentes fatores em que são analisados. Para isso, trazemos Lopes (2013) com a questão da pós-modernidade, Lopes e Macedo (2011) apresentando as variações do conceito de currículo, Ball, *et al.* (2016) com a importância do contexto para análise dos conceitos, além de Ferretti (2004) com as suas colocações sobre o protagonismo juvenil e o destaque que a ele é dado.

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

O trabalho toma forma com a apresentação de alguns conceitos principais para a pesquisa a partir da teoria descentrada. Depois traz um breve histórico do protagonismo juvenil a partir do seu reconhecimento no âmbito legislativo, incentivando o desenvolvimento de Leis, comissões e secretarias exclusivas para atender as demandas dos jovens. Em seguida, destacamos os sentidos de protagonismo juvenil presentes nos documentos oficiais, entre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, a Medida Provisória nº 746/2016 e a Lei nº 13.415/2017. Na sequência, apresentamos algumas conceituações provisórias de protagonismo juvenil com base nos pensamentos de autores que tratam sobre o tema. Por fim, abordamos sobre uma possível justificativa para o crescimento da utilização do protagonismo em diferentes âmbitos, além da sua relação com o currículo.

## 2. TEORIAS DESCENTRADAS: ALGUNS CONCEITOS

Tratando-se do currículo, a teoria aqui utilizada parte da ideia de que este pode ser produzido em diferentes ambientes e por diferentes atores. Dessa forma, a perspectiva do protagonismo juvenil utilizada no ambiente escolar pode ser compreendida como uma produtora de currículo também. Assim, o currículo seria também produzido pelos discentes, a partir das suas realidades.

Em relação à definição de currículo, consideramos que ele pode ser definido a partir da perspectiva teórica que se utiliza. Na teoria utilizada neste trabalho, partimos de uma ideia descentrada dos conceitos, na qual esses não seriam definidos de forma concreta, mas sim sempre sujeitos a mudanças e novas definições a partir do contexto e das situações.

Lopes e Macedo (2011) apresentam sobre as concepções de currículo ao longo dos contextos históricos. Inicialmente, as autoras já apresentam a ideia de que não há uma resposta definida para a questão ‘o que é currículo?’. Mas sim, novos sentidos que sempre foram sendo criados para se chegar a uma possível resposta, sempre baseados em sentidos já existentes anteriormente.

Os estudos em relação ao currículo, segundo muitos autores, datam do início do século XX, a partir da industrialização e com o movimento da Escola Nova. A partir disso, surge a necessidade de decidir sobre o que ensinar. Seguindo nesse contexto, percebe-se também a

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

necessidade de um currículo que prepare o jovem para lidar com problemas, transformando o currículo e a escola em uma ferramenta de controle social (Lopes; Macedo, 2011).

O currículo e a escola podem ser utilizados como instrumentos de controle social a partir do momento em que determinam quais conhecimentos serão transmitidos para determinadas classes sociais. Mais a frente, por volta da década de 1960, em meio ao movimento de contracultura, teóricos enfatizam suas críticas em relação ao currículo apenas como algo que prescreve o que deve ser ensinado. Argumentam que o currículo deve ser aberto às diferentes experiências dos sujeitos, que vão além do que é prescrito.

Ao final, as autoras consideram que os sentidos apresentados anteriormente se tratavam de diferentes discursos com os seus próprios sentidos. Dessa forma, a definição para currículo estaria sempre sujeita a variar de acordo com os sujeitos desses discursos, produzindo diferentes sentidos (Lopes; Macedo, 2011).

Tendo por base os pontos apresentados anteriormente e estabelecendo uma ligação com o referencial teórico utilizado, consideramos que a própria conceituação de protagonismo juvenil também depende dos discursos e sujeitos que a envolvem. Trazendo também a questão do contexto como um importante produtor de sentidos, ele é tido como relevante nesse processo de conceituação, pois permite a análise de diferentes dimensões, como as contextuais, materiais e interpretativas (Ball, *et al.*, 2016).

## **2.1 A importância do contexto no estudo das políticas e o ciclo de políticas**

Segundo Ball, *et al.* (2016), dar destaque ao contexto em estudos sobre políticas educacionais permite um melhor entendimento de que para a política ser atuada ela precisa de um conjunto de condições e fatores que se unem de forma muitas vezes subjetiva. Além de permitir uma aproximação direta com a realidade do ambiente escolar e do que é vivenciado diretamente pelos discentes, docentes e todo o grupo que compõem esse ambiente. Assim, o contexto é visto como “[...] um fator mediador no trabalho de atuação de políticas feito nas escolas - e é único para cada escola; apesar da semelhança que eles podem inicialmente parecer ter” (Ball, *et al.*, 2016, p. 63).

Dessa forma, para se interpretar uma política a partir dos seus diferentes contextos, é possível a utilização da abordagem do Ciclo contínuo de políticas de Ball e Bowe. O ciclo de políticas foi formado com o intuito de contribuir para a análise das políticas educacionais. A utilização dele permite que processos macro e micropolíticos, além da ação dos profissionais

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

que lidam diretamente com a política sejam enfatizados. Inicialmente, o ciclo foi composto por três contextos, sendo eles o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática, caracterizados por estarem relacionados entre si e não haver uma sequência correta para segui-los. Cada contexto representa lugares e grupos de interesse que estão em constante disputa (Mainardes, 2006).

Dentre os contextos do ciclo de políticas, utilizamos aqui o contexto da produção de texto na busca pelo objetivo de identificar os sentidos de protagonismo juvenil nos documentos oficiais e no pensamento de alguns autores. De acordo com Mainardes (2006), nesse contexto são produzidos os textos políticos que representam diretamente a política. Porém, esses textos se desenvolvem em meio a disputas e interesses de diferentes grupos que buscam controlar como a política será representada. Inserir a abordagem do ciclo de políticas permite também um questionamento da centralidade do Estado na construção das políticas educacionais. Dessa forma, essa construção passa a ser vislumbrada em diferentes momentos e contextos, além de realizada por diferentes atores.

### **3. HISTÓRICO E RECONHECIMENTO LEGISLATIVO DO PROTAGONISMO JUVENIL**

O protagonismo juvenil tem gerado mais debates desde meados da década de noventa, apesar disso, a juventude ainda demorou um pouco para ser reconhecida como um grupo de necessidades e direitos específicos. Porém, com as mudanças sociais dos últimos tempos, o protagonismo juvenil tem ganhado mais destaque no meio social e educacional. Nesse contexto das diferentes políticas educacionais que têm sido desenvolvidas, há certo interesse destinado aos jovens e a suas ações e intervenções na sociedade. Com isso, há também o entendimento de que o ensino médio precisa ser reformulado para atender a esses jovens e às novas questões sociais.

Anterior à popularização do termo protagonismo juvenil é possível identificar estudos sobre a participação dos jovens no âmbito político, que foram desenvolvidos de forma mais intensa na segunda metade do século XX. Tais estudos tinham seu foco voltado para atuação dos jovens em questões como a preparação para o trabalho e suas possíveis intervenções na esfera pública. A partir dessas observações, percebeu-se a necessidade de priorizar nos estudos os modos como os jovens são preparados para essa ação política.

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

Somente no final da década de noventa que o Estado brasileiro passa a dar destaque aos jovens e à sua participação em áreas da educação e da sociedade, como nas escolas e nas suas comunidades. Esse destaque toma forma a partir de um conjunto de políticas públicas e de documentos oficiais. Assim, desenvolve-se um contexto de reformas voltadas para o nível de escolarização em que os jovens se encontram, o ensino médio. Tais reformas afirmam a necessidade de uma readaptação do nível de ensino para que sejam atendidas questões voltadas para os jovens e as suas necessidades. Daí o protagonismo juvenil passa a ter destaque e a ser mencionado como um princípio importante nas políticas curriculares (Silva, 2023).

A partir desse destaque e para efeito de uma concepção histórica, traremos momentos do âmbito legislativo em que os jovens foram colocados como protagonistas por meio da criação de conselhos, movimentos, comissões, secretarias, entre outros, que tratavam diretamente do jovem e suas ações em meios escolares, sociais e políticos. Iniciando com a primeira Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT), desenvolvida no ano de 2003. A criação da comissão foi importante para a elaboração de documentos basilares na elaboração de políticas e marcos legal para os jovens, entre eles o Estatuto da Juventude, citado mais a frente.

Posteriormente, em 2004, desenvolveu-se a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que foi vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Entre as suas finalidades, estava a de se aproximar e apoiar políticas públicas destinadas aos jovens. No ano seguinte, em 2005, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que objetivava manter contato direto com o poder executivo e lhe solicitar a efetivação das políticas públicas criadas e direcionadas aos jovens.

A criação e o desenvolvimento dessas demandas anteriores formaram uma base para o surgimento da Secretaria Nacional de Juventude. A criação da secretaria foi uma iniciativa dos jovens e tinha, entre os seus papéis, o de promover programas voltados para o público juvenil. Dessa forma, os jovens procuraram levar aos governantes a necessidade de se garantir os direitos desse público. De 2005 a 2010, a visibilização dada aos jovens resultou na inclusão, em 2010, da palavra ‘juventude’ nos documentos da Constituição Federal.

Em 2013, foi criado e publicado o Estatuto da Juventude, que representava ainda mais avanços na garantia de direitos dos jovens brasileiros. O Estatuto remete aos direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas voltadas à juventude, tratando também sobre o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). É no Estatuto da Juventude que encontramos

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

a definição de jovem como uma pessoa que se encontra entre a idade de 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Esse desenvolvimento, destaque e referência à juventude e ao protagonismo juvenil que foi apresentado ao longo dos anos, entre os governos de Luiz Inácio e Dilma Rousseff, levou o governo a enxergar e procurar inserir a temática no meio educacional. Com isso, as políticas desenvolvidas e voltadas ao ensino médio, passaram a ter como pauta o protagonismo juvenil. Dessa forma, uma política que tem se destacado atualmente e está em pauta é a do Novo Ensino Médio, trazida com a reforma do ensino médio, a política alega a ideia de inovação no currículo, principalmente a partir do estímulo ao protagonismo juvenil nele.

A reforma do ensino médio e o destaque ao termo protagonismo juvenil tiveram seu desenvolvimento inicial na mesma época e é dentro dessa reforma que vai se fortalecer a política do Novo Ensino Médio. A política surge a partir da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, marcando possíveis mudanças no sistema de ensino. Com a publicação da MP, a proposta é alvo de diversos movimentos contrários e manifestações de diferentes setores que são diretamente afetados. Apesar das manifestações contrárias, no ano de 2017, no governo de Michel Temer é sancionada a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Entre as questões principais que influenciaram a proposta, podemos citar a preocupação em investir em uma educação que gera mais produtividade à economia; a promessa de modernização do currículo e a melhora do desempenho escolar. O protagonismo juvenil é referenciado na política a partir do momento em que ela objetiva inserir esse protagonismo no processo de aprendizagem. Dessa forma, a política se propõe a integrar o protagonismo ao currículo escolar dando ao jovem a possibilidade de escolha das áreas de conhecimento que deseja se aprofundar (Brasil, 2018).

#### **4. SENTIDOS DE PROTAGONISMO JUVENIL NOS DOCUMENTOS E AUTORES: UM CONCEITO EM DISPUTA**

Com base na teoria descentrada, na qual os conceitos não são definidos e finalizados, como já citado anteriormente, o conceito de protagonismo juvenil é entendido como aberto a diversas possibilidades de construção e interpretação. Contudo, há estudos anteriores de autores que pesquisaram sobre o tema de forma detalhada. Esses estudos são compreendidos como

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

relevantes para o trabalho, pois permitem um conhecimento dos conceitos mais tradicionais em relação ao termo.

Após um breve histórico do protagonismo juvenil ao longo dos últimos anos, buscamos aqui apresentar um pouco do que os documentos oficiais entendem por protagonismo juvenil e também por juventude. Iniciando com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), mais especificamente no seu parecer nº 5/2011, que conceitua a juventude como uma condição sócio-histórico-cultural, na qual há a junção de uma categoria de sujeitos que

[...] necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológicas e etárias, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes (Parecer CNE/CEB Nº: 5/2011).

Outro documento também relacionado ao ensino médio são as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que têm por objetivo trazer fundamentos e procedimentos que orientem políticas públicas educacionais no Brasil. Nas Diretrizes não há nenhuma citação direta ao termo protagonismo juvenil, provavelmente por terem sido elaboradas em um momento em que o protagonismo ainda não teria alcançado seu espaço de referência nos documentos oficiais. O próximo documento são os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, que são separados por disciplinas e se caracterizam por serem diretrizes desenvolvidas pelo governo para orientação da educação brasileira. Neles, somente o termo protagonismo aparece, com uma definição ampla e não tão detalhada. Um possível significado atribuído ao protagonismo neles seria o estudante como construtor do seu conhecimento, não mais apenas como receptor dele.

Tratando especificamente dos documentos que abordam sobre a política do Novo Ensino Médio, temos, inicialmente, a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Sem fazer citações ao termo protagonismo, a Medida traz apenas os termos juventude e jovens. Fazendo referência a um dos artigos da LDB que citam sobre o ensino médio ser um nível de ensino que forme sujeitos capazes de transformar a realidade em que vivem, a MP aponta que essa questão não está sendo alcançada pela Lei. Outro momento em que a juventude é citada no documento é no argumento de que o ensino médio e o seu currículo não estavam dialogando com o público juvenil, além da falta de diálogo também com o setor produtivo e as novas demandas do século em que vivemos.

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

Seguindo com o desenvolvimento da política, após a MP, é publicada a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. E apesar do protagonismo ser proposto como destaque para a construção do currículo, no decorrer do documento não são encontradas referências ao protagonismo juvenil, nem às suas variações.

Após a apresentação dos documentos, é perceptível que o termo protagonismo juvenil não aparece muitas vezes ou nenhuma vez nos documentos citados. Entretanto, quando aparece alguma referência a ele, acaba tendo mais de um significado, pouco definido e com espaço para diferentes interpretações. Mas, para fim de uma conceituação momentânea, muitos documentos oficiais, e até outros âmbitos da sociedade, têm conceituado o protagonismo juvenil como um reconhecimento dos jovens como cidadãos ativos, representando uma importância social e política (Souza, 2007).

Com base na percepção que os documentos citados trazem acerca do protagonismo juvenil, podemos considerar também outro possível sentido atribuído ao termo, este estaria relacionado à identificação dos jovens como sujeitos sociais, capazes de tomar suas próprias decisões e agir socialmente. Essas ações sociais seriam por meio da atuação de forma política e financeira, entendendo o jovem como um indivíduo politizado.

#### **4.1 Sentidos momentâneos em alguns autores**

Após a apresentação do termo protagonismo juvenil nos principais documentos oficiais referentes ao ensino médio e à política do Novo Ensino Médio, consideramos relevante também apresentar o termo segundo alguns autores estudiosos do assunto.

Narodowski (2016), afirma que o conceito de protagonismo juvenil remete a questões relacionadas à transformação social e à ação juvenil em diversos espaços coletivos. Já na questão política, o protagonismo pode sinalizar uma possível mudança social a partir das atitudes transformadoras das novas gerações (Narodowski, 2016). Essa participação construtiva nos processos também é entendida como protagonismo juvenil para Rabello (2004). Para o autor, o envolvimento dos jovens com questões relacionadas à própria juventude permite que ele pense de forma global e aja de forma local, no lugar onde vive. Assim contribuindo na resolução de problemas e na busca pelos seus direitos (Rabello, 2004).

Outro autor que é constantemente referenciado quando se trata de protagonismo juvenil é o pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa. Segundo Antonio Carlos, a expressão pode se

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

relacionar com processos em que os jovens são o elemento central da prática que estão realizando. Dessa forma, o jovem pode participar de todas as etapas de construção da prática, permitindo a sua contribuição social no ambiente em que está inserido (Silva, 2015).

Trazendo o significado de protagonismo juvenil exclusivamente para o âmbito escolar, especificamente para o ensino médio, o autor Costa (2001), defende que proporcionar aos jovens autonomia para tomadas de decisões e escolhas, contribui para que esses mesmos jovens desenvolvam e liderem suas próprias ações nesse ambiente. O que permite que esses sujeitos se posicionem e busquem soluções para os problemas presentes na sua realidade (Costa, 2001).

Os sentidos de protagonismo juvenil apresentados pelos autores citados destacam diferentes aspectos do termo. Porém, possuem pontos em comum, sendo eles a possibilidade dos jovens de assumirem responsabilidades em ações individuais e coletivas, participação ativa na resolução de problemas sociais, autonomia na construção do seu conhecimento, entre outros elementos que, em conjunto, levam à formação de um sujeito pleno (Ferretti, 2004).

Apesar dos pontos em comum, os diferentes sentidos apresentados destacam um aspecto da construção de significado do termo. Esse aspecto destaca essas diferentes interpretações do termo como uma possibilidade de enxergar os jovens não mais como sujeitos iguais e únicos. Dessa forma, o público juvenil pode ser entendido a partir dos seus próprios interesses, diferenças, singularidades e necessidades.

A partir dos pontos apresentados anteriormente sobre o protagonismo juvenil, desde o seu histórico, passando pela sua referência em documentos oficiais e finalizando com a sua concepção para diferentes autores, trazemos aqui apontamentos sobre a possível causa desse destaque ao protagonismo nas últimas décadas. O principal deles é que tem colocado o princípio do protagonismo como foco nas políticas educacionais é a necessidade de adequar os currículos escolares aos novos desafios da sociedade e se ajustar à chamada cultura pós-moderna (Ferretti, 2004).

Sobre isso Ball, *et al.* (2016) argumenta que as políticas passam por muitos processos de interpretação e, além das diferentes possíveis interpretações, há também a questão dos discursos e do poder. Os diferentes discursos e poderes aos quais as políticas estão sujeitas, podem resultar na mudança da proposta inicial dessas políticas, para que se adequem aos interesses dos grupos considerados dominantes. Segundo Ball, *et al.* (2016), "Poder, por meio do conhecimento, produz "sujeitos" ativos que "entendem" melhor sua própria subjetividade, ainda que nesse mesmo processo eles se sujeitam a formas de poder" (Ball, *et al.*, 2016, p. 12).

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

Nessa perspectiva, é possível uma atuação focada no protagonismo juvenil, mas sempre sujeita aos discursos e poderes dominantes, que podem ou não incentivar essa atuação.

## 5. A INCONCLUSÃO DO PROTAGONISMO JUVENIL

O trabalho apresentado objetivou identificar possíveis implicações do protagonismo juvenil no currículo do ensino médio. Trazendo aspectos históricos e conceituais sobre o protagonismo juvenil e relacionando com os motivos do seu crescente destaque na sociedade nos últimos anos, foi possível identificar aspectos que contribuíram para o entendimento e desenvolvimento dos objetivos do artigo.

O primeiro deles está relacionado aos sentidos do protagonismo juvenil. A partir do que foi apresentado, é possível considerar que há uma certa inconclusão relacionada ao termo protagonismo juvenil. Assim, os sentidos dados a ele estão sempre suscetíveis a mudanças com base no discurso, no contexto e na perspectiva predominante no momento da sua conceituação. O outro aspecto considerado é referente ao controle exercido pelas diferentes influências presentes no meio social, que interferem de forma ativa no currículo e no modo como o protagonismo deve ser praticado pelos jovens.

Por fim, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma ampliação das percepções que se tem em relação ao sentido de protagonismo juvenil e às influências em que o currículo e a prática do protagonismo estão sujeitos.

## REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **como as escolas fazem as políticas**. 23. ed. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 5/2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 24 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**: perguntas e respostas. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 3 jul. 2024.

COSTA, A. C. G. da. **Pedagogia da presença**: da solidão ao encontro. 2. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2001.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n. 122, p. 411–423, maio 2004. Disponível em:

**LUMEN, Recife, v. 34, n. 2, p. 24-36, jul/dez. 2025**

DOI: 10.24024/23579897v34n2a2025p24036

<https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jul. 2023.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. 253 p.

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 39, n. 39, p. 7-23, 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

NARODOWSKI, M. **Um mundo sem adultos**: a família, a escola e os meios de comunicação frente ao desaparecimento da autoridade dos mais velhos. Buenos Aires: Debate, 2016.

RABELLO, M. E. **O que é protagonismo juvenil?**. MIAC: Pelourinho, 2004. Disponível em: [https://www.cedeca.org.br/PDF/protagonismo\\_juvenil\\_eleonora\\_rabello.pdf](https://www.cedeca.org.br/PDF/protagonismo_juvenil_eleonora_rabello.pdf). repositórios acadêmicos (link originalmente divulgado indisponível). Acesso em: 3 jun. 2023.

SILVA, W. S. **Aspectos críticos do protagonismo juvenil em Antônio Carlos Gomes da Costa**. 2015. 80 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) –Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, R. R. D. da. A questão do protagonismo juvenil no ensino médio brasileiro: uma crítica curricular. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3YtRDW6FdDzVsXdswMzDHs/?lang=pt#>. Acesso em 13 jun. 2023.

SOUZA, R. M. de. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/T.8.2007.tde-25042007-115242. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/pt-br.php>. Acesso em: 15 jun. 2023.